

A Dinâmica da Redistribuição Trabalhista*

Marcelo Neri**

1 INTRODUÇÃO

Entre os pesquisadores, a tradição é usar os dados da Pesquisa Mensal do Emprego (PME) em níveis individuais (Cardoso et al., 1995), e não em domiciliares, particularmente quando se trata de indicadores secundários gerados pelo IBGE, como taxa de desemprego e renda média individual do trabalho. Entretanto, a PME é uma pesquisa domiciliar comparável à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e pode ser usada como tal. Esse ponto merece destaque, pois a avaliação das condições socioeconômicas deve levar em conta o processo de repartição de recursos no bojo das famílias. Por exemplo, o fato de a renda do trabalhador adulto poder beneficiar outros membros de seu domicílio, como as crianças. Nesse sentido, o conceito mais adequado para auferir o nível de bem-estar social seria a renda domiciliar *per capita* dos indivíduos, que corresponde à soma da renda de todas as pessoas dos domicílios dividida pelo número total de moradores. O conceito resume-se a uma série de fatores operantes sobre os membros da família, tais como os níveis de ocupação e de rendimento, auferidos de maneira formal ou informal, mas cujos efeitos sejam rateados pelo número total de moradores (Barros et al., 1996b).

A primeira questão aqui ensejada é como melhorar o monitoramento das condições de vida da nossa população. Como avaliar o desempenho social dispondo apenas dos dados da Pnad, que ficam, em média, cerca de 18 meses defasados em relação ao conhecimento dos instantes mensurados? O aumento de velocidade é um requisito necessário para poder traçar um sistema de avaliação de metas sociais operativo. É por isso que propomos lançar mão do processamento dos microdados da PME, que, graças à sua agilidade,

* O autor agradece o apoio de toda a equipe do Centro de Políticas Sociais do Ibre, em particular a Luísa Carvalhaes e Samanta Reis. Possíveis erros remanescentes são de minha responsabilidade.

** Marcelo Neri é economista do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/Ibre/FGV) e da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE/FGV).

nos permite diminuir a defasagem de 18 para menos de 3 meses (Neri; Considera, 1996).

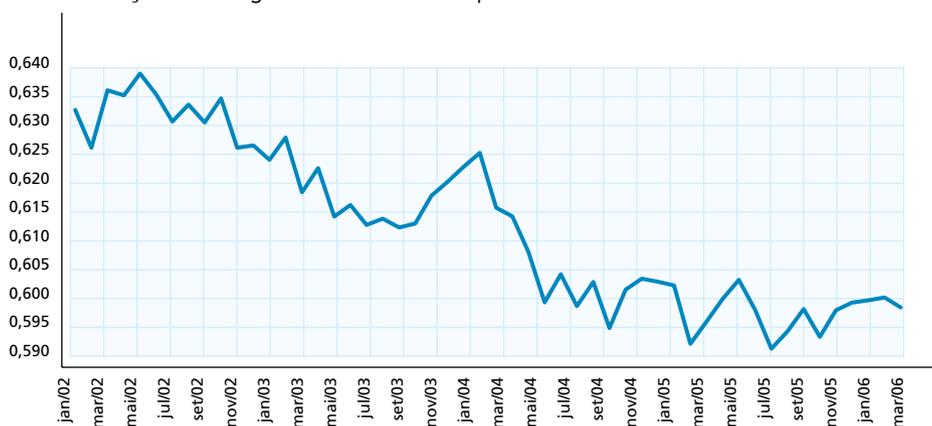
Além do benefício pelo aumento da velocidade de difusão da informação, a utilização de dados da PME/IBGE em bases mensais permite captar, em detalhe temporal, a operação dos determinantes da distribuição de renda do trabalho observados no Brasil.

GRÁFICO 1
Séries de miséria trabalhista



Fonte: CPS/Ibge/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 2
Evolução da desigualdade trabalhista pelo índice Gini



Fonte: CPS/Ibge/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

As séries de pobreza e de desigualdade captadas pela PME, apresentadas nos gráficos 1 e 2 e detalhadas mais adiante, indicam

que a maior parte do crescimento da renda *per capita* das classes mais pobres observado nos últimos quatro anos se deu entre março e junho de 2004.

Mal comparando, se os cientistas sociais fossem astrônomos e a distribuição de renda um corpo celeste em movimento, a Pnad seria um supertelescópio situado no lugar certo para registrar a passagem do astro. Porém, para precisar os determinantes da trajetória de indicadores sociais com base em rendas, como a pobreza e a desigualdade, precisamos de algo mais do que fotografias do fenômeno em anos distintos, como as fornecidas pela comparação das Pnads ao longo do tempo. Seria preciso utilizar uma espécie de filme gerado com base numa série de fotografias mensais, como as oferecidas pela PME, que permitem identificar o efeito de mudanças discretas sobre variáveis de políticas, como mudanças abruptas na taxa de juros, na taxa de câmbio ou, de maneira mais contundente, o papel dos reajustes do salário mínimo (Neri, 1997).

Em terceiro lugar, a PME usa a metodologia de painel rotativo similar àquela adotada pelo Current Population Survey (CPS) norte-americano, que permite acompanhar as informações dos mesmos indivíduos e de suas famílias durante algumas observações consecutivas. Ou seja, na nossa analogia cinematográfica, não estamos apenas acompanhando a estória agregada da sociedade ou de subgrupos delas, mas elaborando filmes de cada pessoa na amostra. Em particular, exploramos aqui dados observados em março, abril, maio e junho de cada ano. Esse período é de especial interesse para identificar os efeitos do salário mínimo de cada ano e a rápida redução de pobreza e de desigualdade ocorrida em 2004, supramencionada. A abordagem usada neste trabalho consiste em calcular as probabilidades de transição para dentro e para fora da pobreza trabalhista, bem como as de não-transição entre quatro meses consecutivos. Os microdados nos permitirão diferenciar indivíduos mais afetados pelo salário mínimo (incluindo o de 2006) e recuperar as respectivas trajetórias de renda do trabalho domiciliar *per capita* (Barros et al., 1996a).

Finalmente, é importante chamar a atenção para duas limitações da PME, a saber: ela deixa de fora outras rendas não-trabalho, como as advindas de transferências governamentais de programas para pobres e de juros para os grupos com estoque de riqueza financeira, além de só cobrir as seis áreas metropolitanas do Brasil. Ou seja, a pesquisa só fornece evidências do trabalho metropolitano (Ramos; Brito, 2003).

O presente estudo explora os movimentos da distribuição de renda, aí entendida no sentido estatístico, abrangendo tanto mudanças na desigualdade como alterações no crescimento da renda domiciliar *per capita*. O plano do capítulo é o seguinte: na segunda seção analisamos a evolução recente de indicadores de distribuição baseados em renda *per capita* do trabalho. Na terceira seção, detalhamos a evolução regional de indicadores como mediana, média e pobreza. Na seção quatro, tiramos partido do aspecto longitudinal da PME para avaliar a frequência de movimentos para dentro e para fora da pobreza que estão associados aos movimentos do salário mínimo na seção seguinte. A última seção apresenta as principais conclusões do estudo.

2 MUDANÇAS NO BOLO TRABALHISTA

A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação em três grupos de renda: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda *per capita* (mais precisamente, 50,2% pela PME em julho de 2002); a metade mais pobre que se apropria de pouco menos de um décimo da renda nacional (9,95%); e os 40% intermediários cuja parcela na população e na renda praticamente coincide (39,78%), constituindo, assim, um País de renda média, similar ao Peru, e inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia.¹ Os gráficos 3 a 8 apresentam as tendências dessas séries.

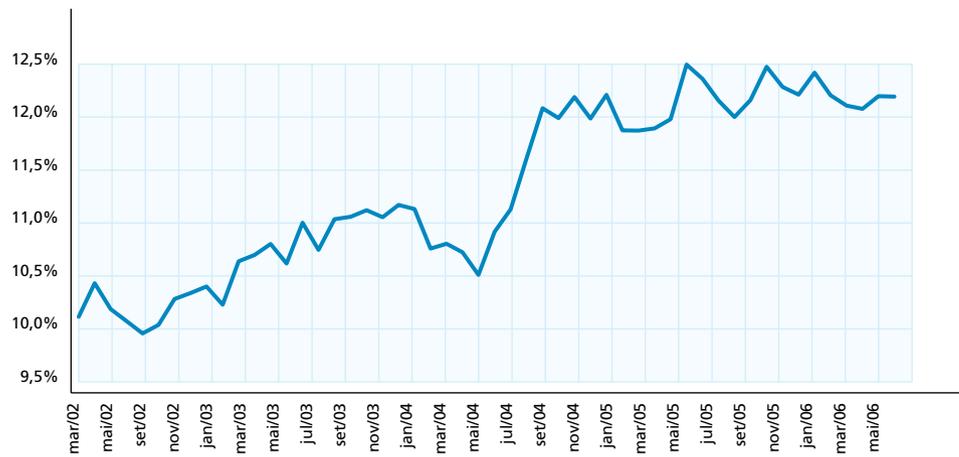
Os dados da parcela de renda apropriada pelos três grupos analisados indicam que a grande queda de desigualdade de 2004 ocorreu entre abril e junho daquele ano. Antes de creditarmos as mudanças ao reajuste do salário mínimo, cabe lembrar que ele foi bastante reduzido em termos reais, fazendo crer que foram outros os fatores, e não o efeito-salário mínimo, que geraram a redução da desigualdade de renda em 2004. Complementarmente, a série mensal demonstra que o reajuste de 9% real dado em maio de 2005 ao salário mínimo e o de cerca de 13% real concedido em abril de 2006 fornecem evidências relevantes.

Para aqueles que presenciaram os efeitos dos reajustes do salário mínimo em outras datas, como o de maio de 1995, sobre dados similares, os resultados indicam uma perda de sincronia entre aumentos do mínimo e redução de pobreza, já que a série de desigualdade de renda *per capita* do trabalho não sofre alterações permanentes próximas ao período de reajuste, em particular em anos de reajustes maiores como 2005 e 2006.

¹ Sob esse aspecto, a distribuição de renda do trabalho metropolitano da PME é mais concentrada do que a da Pnad nacional em todas as fontes de rendimento.

GRÁFICO 3

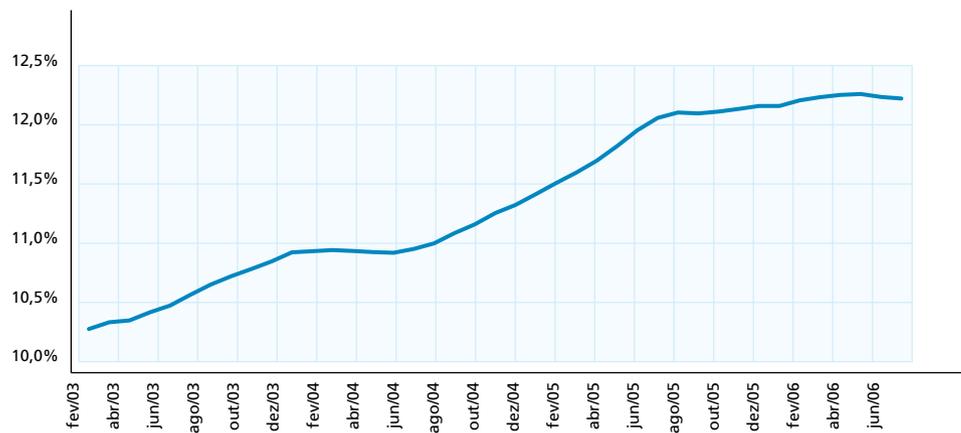
Parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres – mensal



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 4

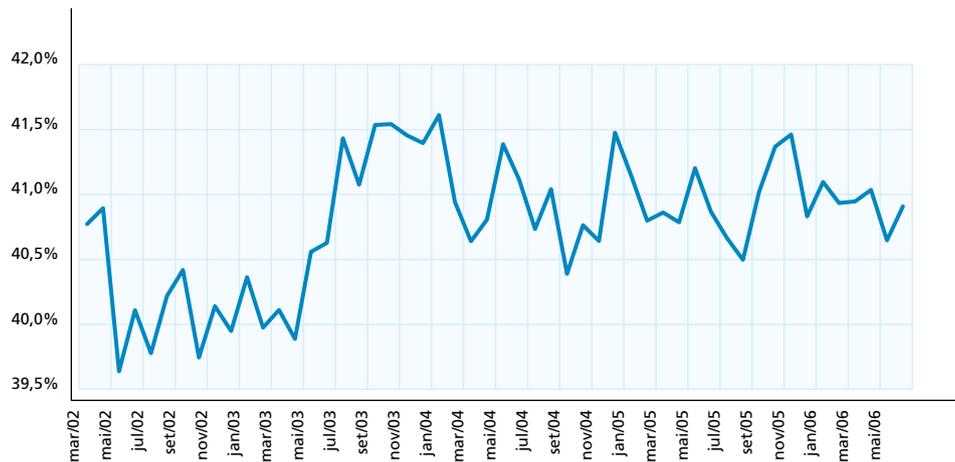
Parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres – média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 5

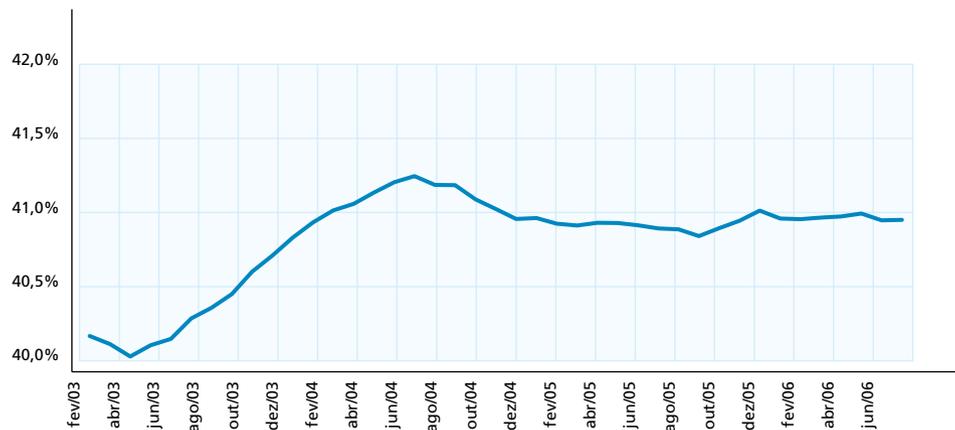
Parcela de renda apropriada pelos 40% intermediários – mensal



Fonte: CPS/Ibre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 6

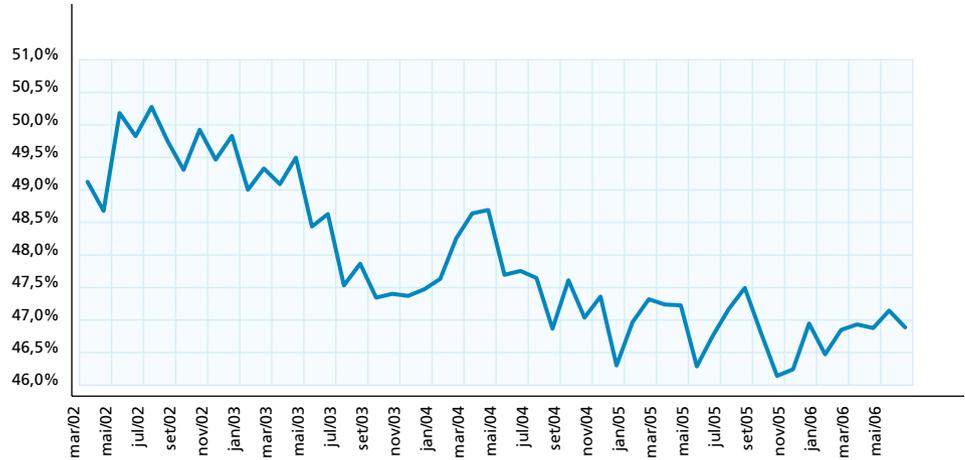
Parcela de renda apropriada pelos 40% intermediários – média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/Ibre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 7

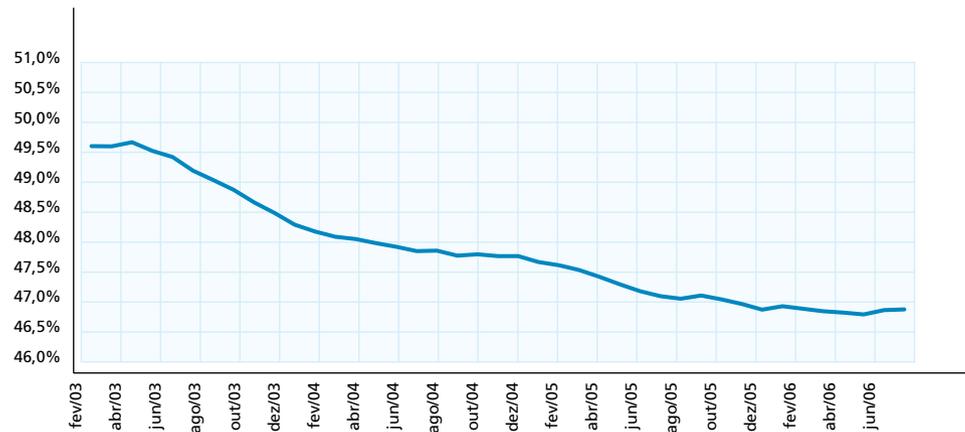
Parcela de renda apropriada pelos 10% mais ricos – mensal



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 8

Parcela de renda apropriada pelos 10% mais ricos – média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

Se observarmos as flutuações econômicas dos últimos anos, segundo a perspectiva desses três grupos de renda, chegaremos a várias conclusões. Em outubro de 2004, ou seja, dois anos depois de julho de 2002, a participação dos 50% mais pobres no total da renda aumenta em 20% (de 9,95% para 12%), enquanto a parcela apropriada pelos 10% mais ricos cai (de 50,28% para 47,17%). O grupo intermediário aumenta pouco, de 39,78% para 40,73%, voltando aos níveis de março de 2002, data de início da série da nova PME. Comparando o desempenho de junho de 2006 em relação a julho de 2004, os mais pobres não ganham mais espaço em relação ao ano anterior (11,62% para 12,2%), mas, mesmo assim, a participação dos mais ricos continua caindo (de 47,65% para 46,89%). Esse período é apenas ligeiramente pró-pobre e antielite – o grupo intermediário, uma espécie de classe média cuja participação praticamente pára de crescer (passa de 40,73% para 40,91%) (tabela 1).

TABELA 1

Participação (em %) no total da renda – 2002-2006

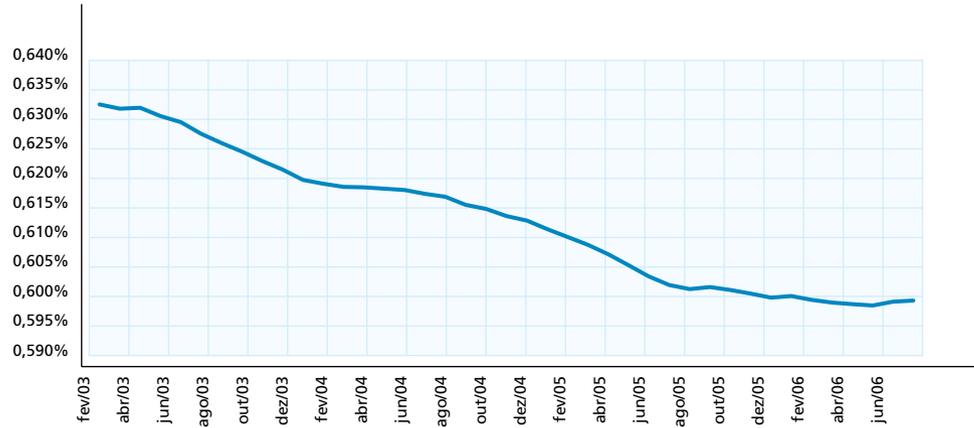
		50+	40	10 -
2002	Março	10,11	40,77	49,12
2002	Abril	10,43	40,89	48,68
2002	Julho	9,95	39,78	50,28
2003	Abril	10,61	39,89	49,50
2003	Julho	11,03	41,43	47,53
2004	Abril	10,50	40,81	48,69
2004	Julho	11,62	40,73	47,65
2005	Abril	11,99	40,79	47,23
2005	Julho	12,17	40,67	47,17
2006	Março	12,12	40,95	46,93
2006	Junho	12,20	40,91	46,89

Fonte: CPS/Ibre/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

A trajetória do índice Gini, apesar de descendente, sofre forte desaceleração em 2005 e 2006. O mesmo resultado foi comentado em Ipea (2006). Cabe lembrar que a renda do trabalho foi responsável por 72% da grande queda de desigualdade observada em 2004, mas é preciso computar os impactos recentes da expansão do Bolsa Família e dos próprios benefícios previdenciários associados aos reajustes do salário mínimo (gráfico 9 e tabela 2).

GRÁFICO 9

Evolução da desigualdade pelo índice Gini – 2002-2006, média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/Ibre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

TABELA 2

Média e medidas de desigualdade de renda *per capita* do trabalho

			Renda	Theil_T	Gini
mar/02	2002	Março	252.61	0.836	0.633
abr/02	2002	Abril	257.76	0.793	0.627
jul/02	2002	Julho	272.86	0.834	0.639
abr/03	2003	Abril	283.31	0.809	0.628
jul/03	2003	Julho	281.10	0.752	0.615
abr/04	2004	Abril	290.85	0.791	0.626
jul/04	2004	Julho	326.09	0.745	0.609
abr/05	2005	Abril	345.17	0.749	0.604
Jul/05	2005	Julho	356.73	0.745	0.601
mar/06	2006	Março	371.41	0.739	0.601
jun/06	2006	Junho	383.78	0.734	0.600

Fonte: CPS/Ibre/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

3 AVALIAÇÃO REGIONAL DA RENDA

3.1 Mediana de renda

Apresentamos a seguir a evolução da mediana de renda *per capita* do trabalho nas principais metrópoles brasileiras. Como podemos

observar, quando consideramos o período dos últimos quatro anos, todas as metrópoles apresentam crescimento na mediana de renda *per capita* do trabalho, ou seja, o nível de renda intermediário que divide a população em dois grupos de tamanhos populacionais iguais – os abaixo e os acima da mediana – encontra-se acima do nível inicial. Em todas as regiões, a mediana cresce mais que a média, indicando que o crescimento foi acompanhado por redução da desigualdade. Mesmo naquelas regiões que sofreram redução na média de renda, há crescimento na renda mediana, o que indica, mais uma vez, ganhos de renda para as classes de rendas mais baixas desse segmento. Os ganhos de renda mediana ao longo dos últimos quatro anos estão registrados, por ano, nas tabelas 3 e 4.

TABELA 3
Mediana de renda do trabalho

	Jun/02	Jun/03	Jun/04	Jun/05	Jun/06
Todas as regiões					
Belo Horizonte	153.22	151.29	169.92	188.21	213.89
Salvador	127.72	105.94	121.02	137.55	144.50
Porto Alegre	213.56	187.92	214.99	219.76	231.01
Rio de Janeiro	173.94	179.60	179.46	190.60	197.11
Recife	100.65	83.19	70.06	110.31	120.27
São Paulo	230.49	213.21	230.44	238.23	260.33

Fonte: CPS/Ibre/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

TABELA 4
Variação (em %) da mediana de renda do trabalho

	Junho 06/02	Junho 03/02	Junho 04/03	Junho 05/04	Junho 06/05
Todas as regiões					
Belo Horizonte	39.60	-1.26	12.31	10.76	13.64
Salvador	13.14	-17.05	14.23	13.66	5.05
Porto Alegre	8.17	-12.01	14.41	2.22	5.12
Rio de Janeiro	13.32	3.25	-0.08	6.21	3.42
Recife	19.49	-17.35	-15.78	57.45	9.03
São Paulo	12.95	-7.50	8.08	3.38	9.28

Fonte: CPS/Ibre/FGV, com base nos microdados da PME/IBGE.

Região Metropolitana de São Paulo: mantendo os maiores níveis durante todo o período, teve um crescimento de 9,28% no último ano e de 12,95% no acumulado de quatro anos.

Região Metropolitana de Recife: apesar do segundo maior crescimento, 19,49%, durante todo o período, ainda é a região com nível mais baixo (R\$ 120,27 em junho de 2006). Mesmo com o ótimo desempenho entre 2004 e 2005, quando a renda cresce 57,45%, a região ainda se recupera das fortes quedas de renda sofridas em 2003 e 2004.

Região Metropolitana de Belo Horizonte: foi a que mais cresceu. Nos últimos 4 anos, a mediana de renda cresce 39,6% (de R\$ 153,22 para R\$ 213,89), o dobro da segunda colocada, e ultrapassa a do Rio de Janeiro. Essa região vem apresentando, ao longo dos três últimos anos, crescimento acima de 10% (13,6% só no último ano). Mesmo entre junho de 2002 e 2003, com a forte queda na renda em todas as metrópoles, a região foi a que sofreu a segunda menor queda.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro: apresentou aumento de 13,32% na renda mediana durante todo o período de análise.

Região Metropolitana de Salvador: apresentou a segunda maior queda de renda no início do período (-17,05% em apenas um ano) e recuperou-se nos anos seguintes. Atinge crescimento acumulado de 13,14% em todo o período. Em junho de 2006, possui mediana de R\$ 144,50, apenas acima da de Recife.

Região Metropolitana de Porto Alegre: é a que apresenta o menor crescimento, de 8,17% (R\$ 213,56 para R\$ 231,01). Mesmo assim, a região continua como a segunda maior renda das seis metrópoles, só perdendo para a de São Paulo.

3.2 Média de renda do trabalho

Em quatro anos, observamos crescimento real de 5,5% da renda, que atinge o maior nível de toda a série em junho de 2006 (R\$ 415,00). Entre os anos 2003 e 2004, observamos os menores níveis de renda e isso se reflete em todas as metrópoles (tabelas 5 e 6).

Região Metropolitana de São Paulo: manteve os maiores níveis de renda *per capita*, durante todo o período. Só no último ano, a renda real dessa região cresceu 7,16%. Com média de R\$ 503,16, em junho de 2006, sua renda é quase 90% acima da de Recife (R\$ 266,64).

Região Metropolitana de Recife: apesar do segundo maior crescimento, quase 10% na renda durante todo o período, ainda é a região com nível mais baixo (R\$ 266,64 em junho de 2006). Mesmo com o ótimo desempenho nos dois últimos anos (32% e 15,8% de aumentos de renda), essa região ainda se recupera das fortes quedas de renda sofridas em 2003 e 2004.

Região Metropolitana de Belo Horizonte: foi a que mais cresceu. Nos últimos quatro anos, a renda real média cresceu 22,5% (de R\$ 320,55 para R\$ 392,56) e ultrapassou a do Rio de Janeiro. Essa região vem apresentando, ao longo dos anos, crescimento cada vez maior. Mesmo entre junho de 2002 e 2003, com a forte queda na renda em todas as metrópoles, ela apresentou a menor queda.

Região Metropolitana do Rio de Janeiro: apresentou queda de 1% na renda durante todo o período de análise, mesmo com o acréscimo de 6,9% no último ano.

Região Metropolitana de Salvador: crescimento acumulado de 3,36% em todo o período (de R\$ 286,40 para R\$ 296,02, entre junho de 2002 e junho de 2006). Crescimento real de R\$ 10,00, contra R\$ 21,07 do conjunto das regiões. No *ranking* geral, é a segunda menor renda.

Região Metropolitana de Porto Alegre: é a que apresenta a maior perda, de 7% real (de R\$ 424,31 para R\$ 393,65). Apesar da queda, impulsionada por perdas das classes mais altas, a região continua como a segunda maior renda das seis metrópoles, só perdendo para São Paulo.

TABELA 5

Renda média do trabalho *per capita*

	Jun/02	Jun/03	Jun/04	Jun/05	Jun/06
Todas as regiões	393.47	354.93	371.61	386.73	415.04
Belo Horizonte	320.55	312.62	331.70	356.21	392.56
Salvador	286.40	241.28	264.53	279.97	296.02
Porto Alegre	424.31	345.11	383.18	384.23	393.65
Rio de Janeiro	371.81	343.09	336.02	344.03	367.78
Recife	242.74	212.58	174.38	230.20	266.64
São Paulo	465.91	421.71	457.21	469.54	503.16

Fonte: CPS/IBre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

TABELA 6

Varição (em %) da renda média do trabalho *per capita*

	Junho 06/02	Junho 03/02	Junho 04/03	Junho 05/04	Junho 06/05
Todas as regiões	5,48	-9,79	4,70	4,07	7,32
Belo Horizonte	22,46	-2,47	6,10	7,39	10,20
Salvador	3,36	-15,75	9,64	5,84	5,73
Porto Alegre	-7,23	-18,67	11,03	0,27	2,45
Rio de Janeiro	-1,08	-7,72	-2,06	2,38	6,90
Recife	9,85	-12,42	-17,97	32,01	15,83
São Paulo	8,00	-9,49	8,42	2,70	7,16

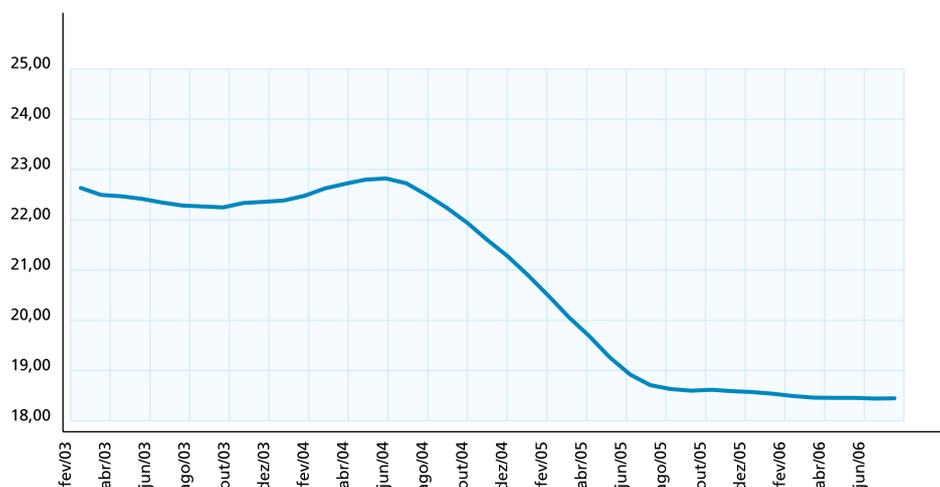
Fonte: CPS/IBre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

3.3 Miséria

Em quatro anos, a taxa de miséria baseada em renda do trabalho cai 19,8% (de 23,2% para 18,57%). A maior queda deu-se entre junho de 2004 e junho de 2005 (12,28%). No último ano, houve aumento de 0,29% na taxa (gráfico 10).

GRÁFICO 10

Taxa de miséria em renda do trabalho – média móvel de 12 meses para todas as regiões



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

Assim como nas medidas de renda, a Região Metropolitana de São Paulo possui o melhor índice (15,58% em junho de 2006), enquanto a Região Metropolitana de Belo Horizonte possui o melhor desempenho do período. Com redução de 37,69% da taxa, foi a única que apresentou queda nos quatro anos de análise (13,47% de queda só no último ano). A Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta a segunda maior queda do período, de 26,06%. No extremo oposto, Porto Alegre obteve a menor redução, ou seja, de apenas 5,63%. Com taxa de 18,70% em junho de 2006, perde espaço para Belo Horizonte. As Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador experimentaram quedas de 12,9% e 20,3%, respectivamente. São também as mais pobres, com taxas de 29,5% e 21,04% em junho de 2006 (tabelas 7 e 8 e gráficos 11 a 22).

TABELA 7

Indicadores de miséria por região metropolitana – junho de 2002
a junho de 2006

	Jun/02	Jun/03	Jun/04	Jun/05	Jun/06
Todas as regiões	23.16	22.27	21.11	18.52	18.57
Belo Horizonte	26.03	22.96	20.60	18.74	16.22
Salvador	26.40	30.40	25.58	21.34	21.04
Porto Alegre	19.82	22.33	18.52	18.36	18.70
Rio de Janeiro	27.49	21.73	22.08	19.80	20.33
Recife	33.86	37.40	43.37	28.01	29.48
São Paulo	17.84	18.15	16.21	15.43	15.58

Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

TABELA 8

Indicadores de variação (em %) de miséria por região metropolitana
– 2002-2006

	Junho 06/02	Junho 03/02	Junho 04/03	Junho 05/04	Junho 06/05
Todas as regiões	-19,80	-3,83	-5,21	-12,28	0,29
Belo Horizonte	-37,69	-11,79	-10,29	-9,01	-13,47
Salvador	-20,28	15,16	-15,86	-16,55	-1,41
Porto Alegre	-5,63	12,70	-17,08	-0,87	1,87
Rio de Janeiro	-26,06	-20,96	1,61	-10,34	2,68
Recife	-12,94	10,47	15,97	-35,42	5,24
São Paulo	-12,66	1,72	-10,66	-4,85	1,02

Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 11

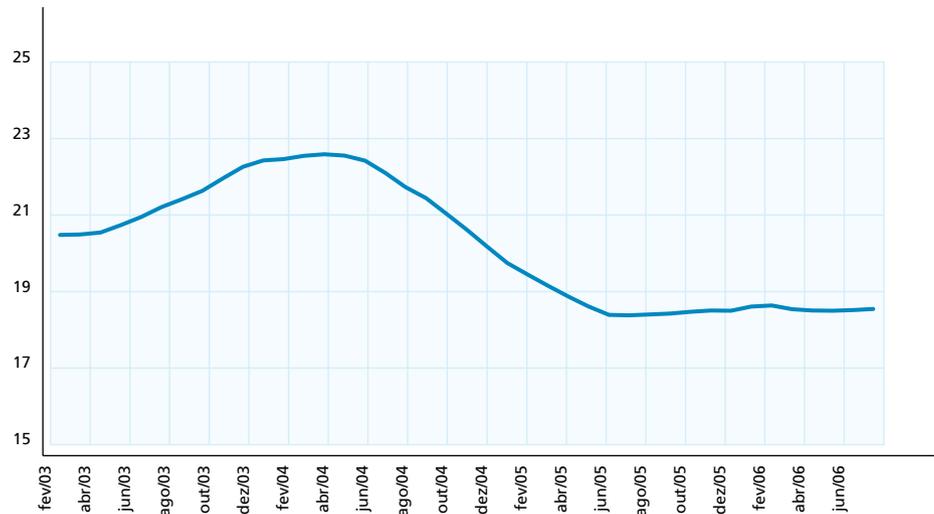
Indicadores de miséria na Região Metropolitana de Belo Horizonte, média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 12

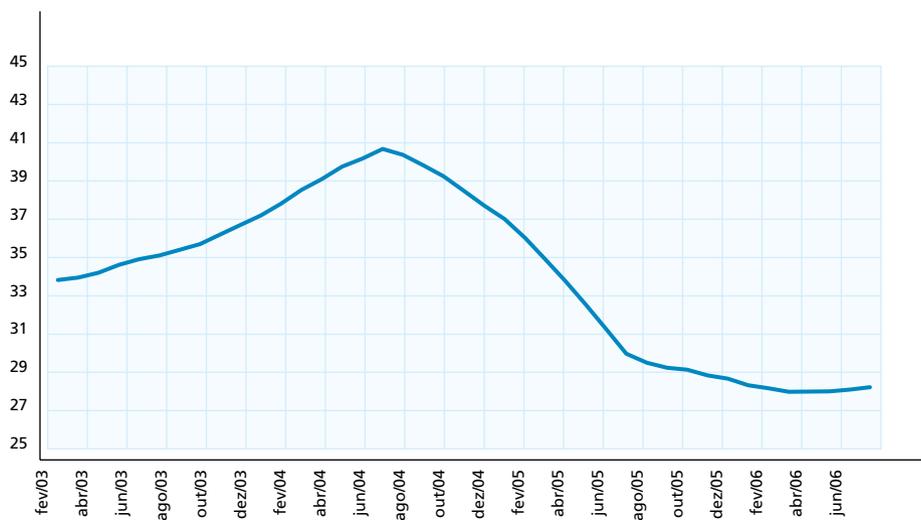
Indicadores de miséria na Região Metropolitana de Porto Alegre, média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 13

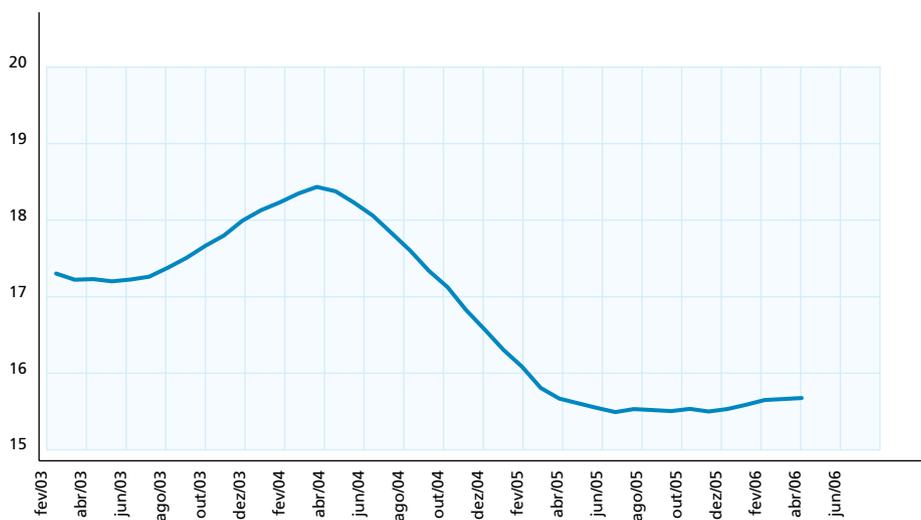
Indicadores de miséria na Região Metropolitana de Recife, média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/Ibre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 14

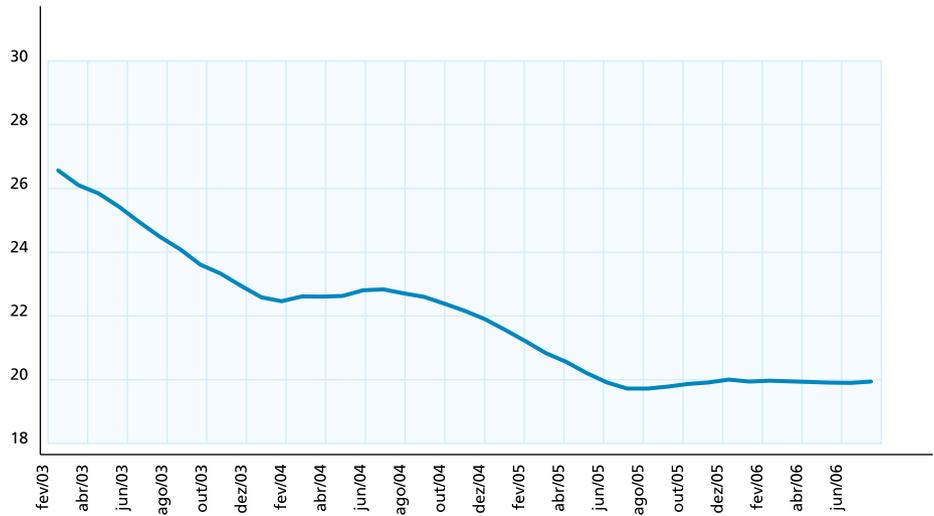
Indicadores de miséria na Região Metropolitana de São Paulo, média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/Ibre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 15

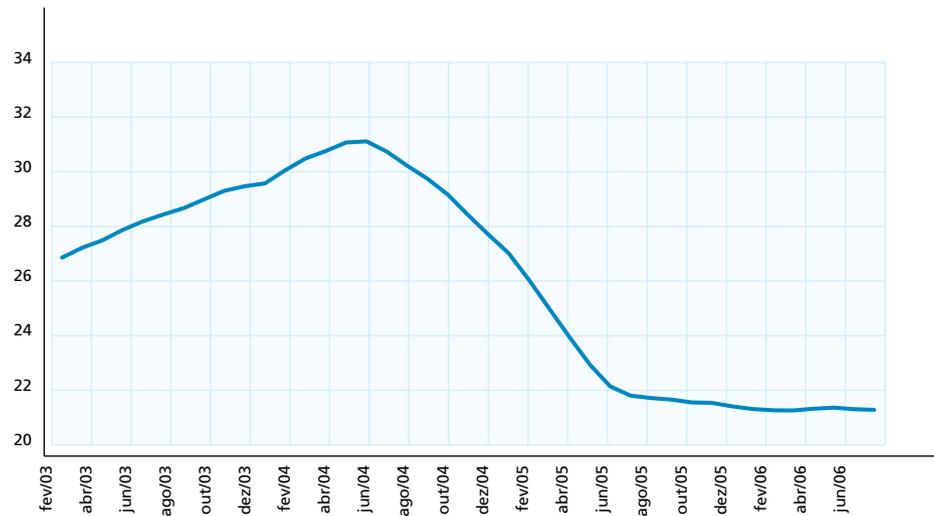
Indicadores de miséria na Região Metropolitana de Rio de Janeiro, média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 16

Indicadores de miséria na Região Metropolitana de Salvador, média móvel de 12 meses



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 17

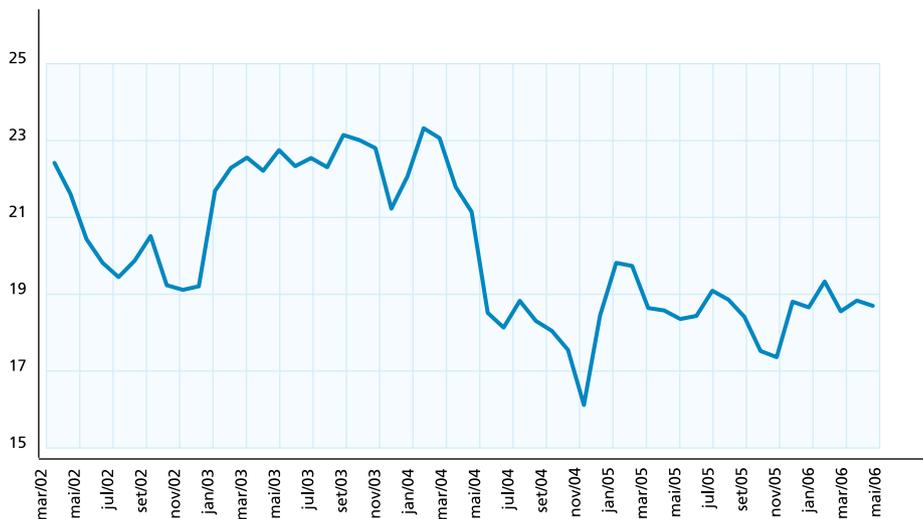
Indicadores de miséria mensais na Região Metropolitana de Belo Horizonte



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 18

Indicadores de miséria mensais na Região Metropolitana de Porto Alegre



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 19

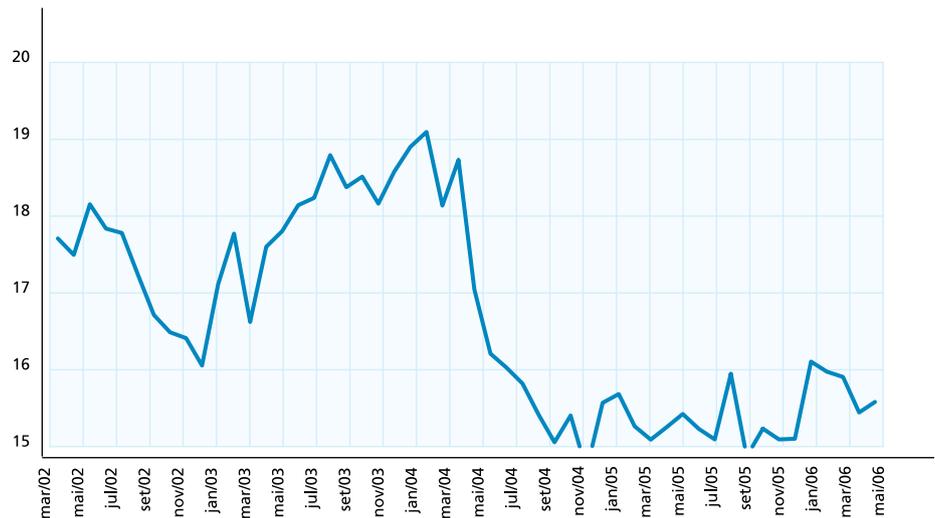
Indicadores de miséria mensais na Região Metropolitana de Recife



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 20

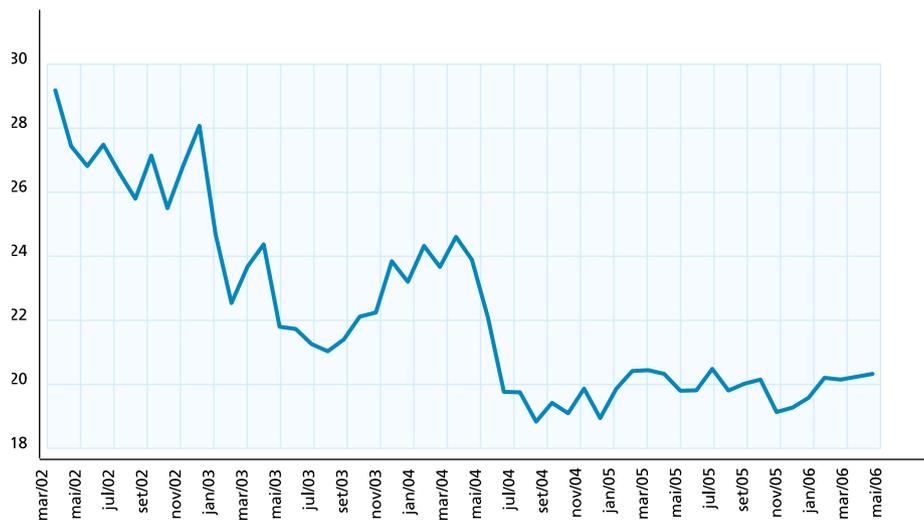
Indicadores de miséria mensais na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 21

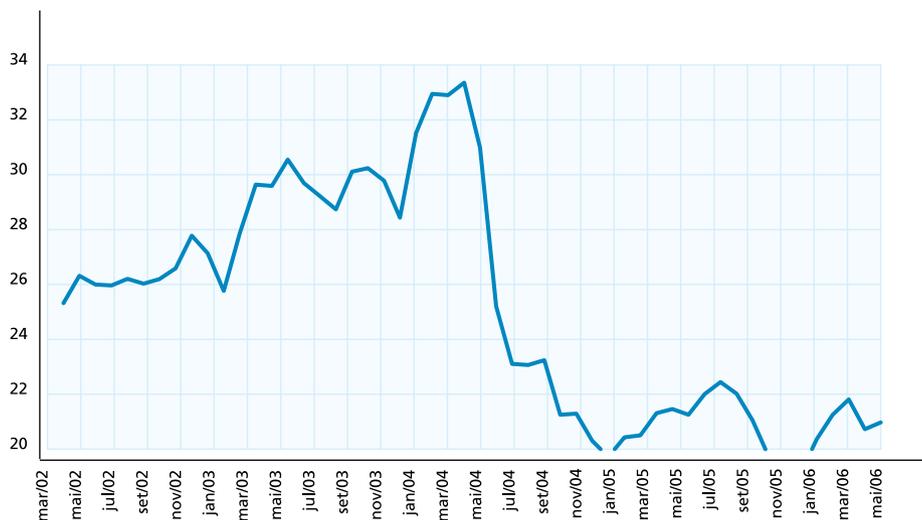
Indicadores de miséria mensais na Região Metropolitana de Rio de Janeiro



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 22

Indicadores de miséria mensais na Região Metropolitana de Salvador



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

4 DINÂMICA DA POBREZA

A PME usa a metodologia de painel rotativo que busca colher informações nas mesmas residências nos meses t , $t+1$, $t+2$, $t+3$, $t+12$, $t+13$, $t+14$, $t+15$, perfazendo um total de oito entrevistas distribuídas ao longo de um período de 16 meses. A abordagem inicial usada aqui consiste em calcular as probabilidades de transição para dentro e para fora da pobreza trabalhista, bem como de não-transição entre quatro meses consecutivos. Os microdados nos permitirão diferenciar indivíduos mais afetados pelos reajustes do salário mínimo – incluindo o de 2006 – e recuperar suas trajetórias de renda pós-reajustes.

O aspecto longitudinal dos dados de renda familiar *per capita* do trabalho nos fornecerá a evidência empírica básica sobre o padrão de mobilidade trabalhista observado na prática. Em quatro anos, as séries temporais indicam que taxa de miséria baseada em renda do trabalho cai 19,8%, ou 4,6 pontos de porcentagem, de 23,2% para 18,57%. A maior parte dessa queda se deu entre abril e julho de 2004. Quando trabalhamos com médias móveis, fica claro que a mudança de patamar de pobreza se deu exatamente nesse período. Focaremos inicialmente nossas atenções nesse episódio, tirando partido do aspecto longitudinal da PME.

Os dados longitudinais permitem aferir quem entra e quem sai da miséria, assim como quem fica nela ou fora dela ao longo do tempo. A tabela 9 analisa o período de quatro meses entre abril e julho de cada ano.

TABELA 9
Dados sobre a miséria (em %) por tipo de transição – 2002-2006

	Total	Tipo de Transição (%)			
		Continua pobre	Saiu da miséria	Entrou na miséria	Continua não-pobre
2002	7,638,233	16.19	5.94	4.91	72.95
2003	8,701,482	15.08	6.94	5.74	72.24
2004	9,162,762	15.03	8.06	3.45	73.47
2005	9,919,409	12.97	4.98	3.11	78.95
2006	9,945,740	13.35	4.82	3.68	78.16

Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

Em primeiro lugar, quando analisamos os dados abertos por ano, notamos que a taxa de insuficiência da renda trabalhista inicial, dada pela soma das duas primeiras colunas em porcentagem, basicamente muda de patamar entre 2004 e 2005: de 23% para 18%. Os dados da tabela nos fornecem informações valiosas sobre a dinâmica dessa mudança de patamar da insuficiência de renda trabalhista. Em particular, entre abril e julho de 2004, as probabilidades de transição da pobreza trabalhista foram as seguintes: dos 23,09% que eram pobres em abril, mais de um terço (8,06% da população) cruzou a linha de corte no período, permanecendo os restantes 15,03% na condição de insuficiência de renda. Em oposição, 3,45% da população cruzou a linha de miséria na direção oposta. A diferença de 4,61 pontos de porcentagem entre os fluxos de quem saiu e de quem entrou na miséria constitui, *grasso modo*, a mudança líquida da pobreza agregada, dado consistente com a inflexão das séries apresentadas aqui.

O que mais se destaca em 2004 é o diferencial de 4,61% entre as taxas de saída e de entrada na pobreza, principalmente quando comparadas aos anos anteriores e aos anos posteriores. O segundo maior diferencial líquido se dá em 2005, de 1,87%, seguido pelos demais anos, todos pouco acima de 1%. Nesse ponto, o que mais chama a atenção em 2004 entre os períodos considerados é a maior taxa de saída da miséria trabalhista, 8,06%, que vem caindo ao longo do tempo, desde então.

5 O EFEITO-SALÁRIO MÍNIMO

5.1 Séries de tempo

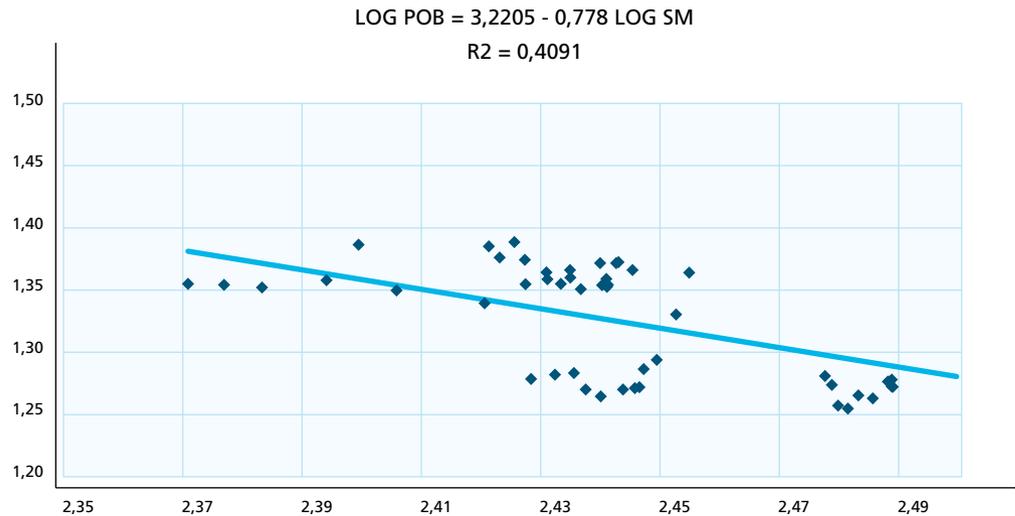
Voltemos ao efeito do salário mínimo abordado na seção de desigualdade, inicialmente com séries temporais de pobreza. Para aqueles que já se debruçaram sobre os efeitos dos reajustes do salário mínimo em outras datas, como em maio de 1995 (Neri, 1997), a partir de dados similares, os resultados indicam que as séries de miséria e de desigualdade de renda *per capita* do trabalho não sofrem alterações permanentes ou transitórias próximas ao período de reajuste. No que tange ao lado trabalhista dos efeitos do salário mínimo, o reajuste mais forte concedido em 2006 parece não ter impactado instantaneamente as séries, como no passado. Padrões similares são encontrados para as séries de pobreza regionais da PME antiga em

Neri (1997) e na PME nova apresentada na seção 3.3 deste capítulo (gráficos 17 a 22).

De maneira geral, como o gráfico 23 ilustra, existe uma correlação inversa entre salário mínimo e pobreza com elasticidade de -0,778. Entretanto, a direção de causalidade pode ter sido mudada para algo do tipo maior expansão da economia e do mercado de trabalho, que, traduzida em menor taxa de miséria trabalhista, permite que o governo confira maiores ganhos reais ao mínimo, e não vice-versa. Os dados de painel analisados na subseção a seguir nos permitirão endereçar essa questão.

GRÁFICO 23

Miséria *versus* salário mínimo real



Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

5.2 Painel

O interesse nesse período específico – abril a julho – se dá por ser aquele que permite captar os efeitos do reajuste do salário mínimo, uma vez que o reajuste se dá em maio de cada ano (mas em abril, no caso de 2006).

Antes de creditarmos ao reajuste do salário mínimo as mudanças de 2004, cabe lembrar que ele foi bastante reduzido em termos reais (ou nominais, de R\$ 240,00 para R\$ 260,00). Portanto, seriam outros fatores, além do efeito-salário mínimo, a gerar a redução da desigualdade

no referido ano. Complementarmente, a série mensal de miséria apresentada nos gráficos 24 e 25 demonstra que o reajuste de 9% real dado em maio de 2005 ao salário mínimo e de cerca de 13% real concedido em abril de 2006 fornece evidências preliminares de que não foi o reajuste do salário mínimo o principal propulsor destas mudanças, tendo em vista que o mínimo não tinha sido reajustado em termos reais em 2004, quando houve o grande salto para fora da miséria trabalhista. Por sua vez, quando o mínimo tinha sido fortemente reajustado em 2005 e 2006, esse salto é bem mais modesto.

A fim de investigar mais a fundo os impactos do mínimo, apresentamos abaixo a tabela 10, similar à anterior, mas só para trabalhadores que eram inicialmente com carteira e, portanto, sujeitos aos pisos da legislação salarial. Os dados demonstram que, na época de reajuste do mínimo em 2005 e 2006, a probabilidade de saída da pobreza, 1,18% e 1,18%, é inferior à de entrada na pobreza, de 1,53% e 2,26%, respectivamente, neste grupo. Mais uma vez, o ano em que o mínimo não foi reajustado em termos reais se destaca por apresentar probabilidades de saída da pobreza 4,5% superiores às probabilidades de entrada, de 1,82%.

TABELA 10

Dados sobre a miséria (em %) por tipo de transição de 2002 a 2006—trabalhadores com carteira

	Total	Tipo de transição (%)			Continua não-pobre
		Continua pobre	Saiu da miséria	Entrou na miséria	
2002	1.279.284	2,37	2,78	3,83	91,02
2003	1.472.201	2,41	2,61	3,59	91,39
2004	1.610.447	1,09	4,50	1,82	92,60
2005	1.823.324	0,80	1,18	1,53	96,50
2006	1.798.986	0,98	1,18	2,26	95,58

Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

GRÁFICO 24

Indicadores de miséria e de salário mínimo real

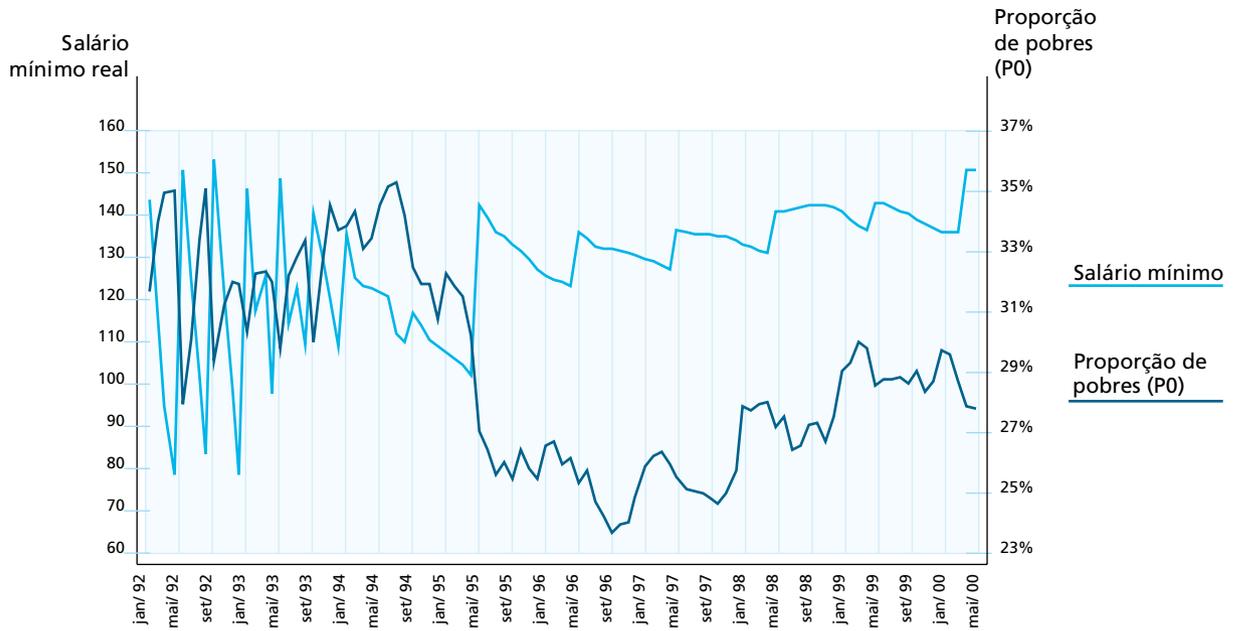


GRÁFICO 25

Indicadores de miséria e de salário mínimo real

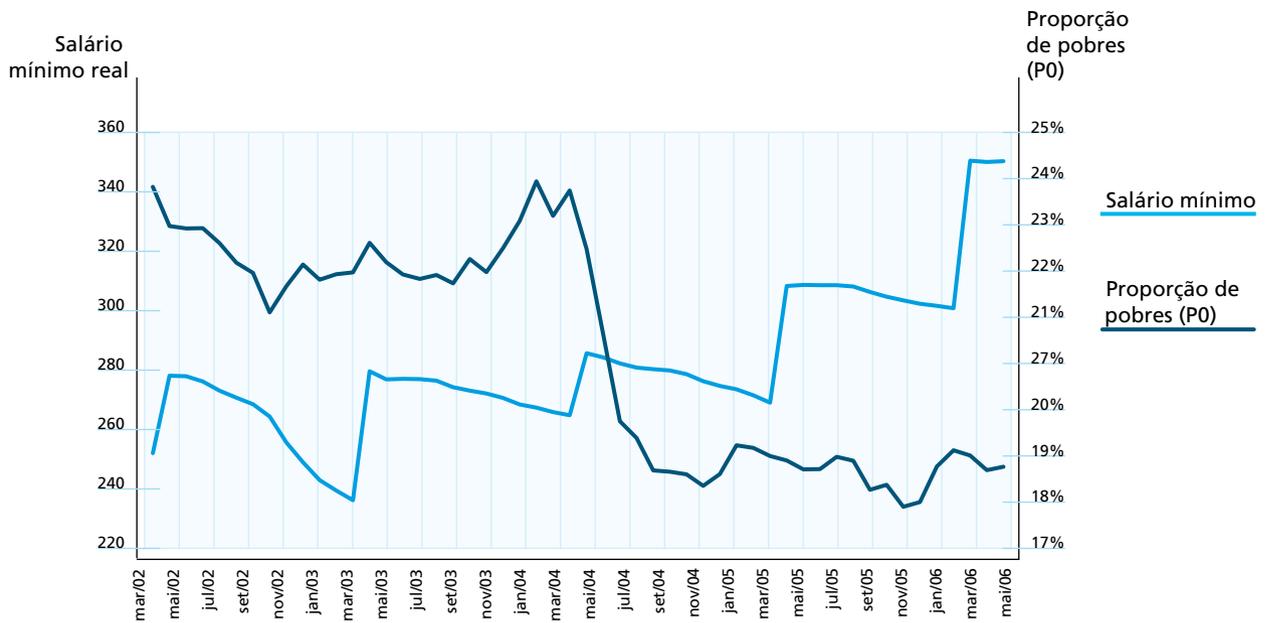


TABELA 11

Transição da miséria trabalhista impactada pelo salário mínimo – população total

	Total	Pobreza			Continua não-pobre
		Continua pobre	Saiu da miséria	Entrou na miséria	
2002	128,080	5.52	5.81	8.30	80.37
2003	268,124	6.11	4.68	7.43	81.77
2004	310,108	4.92	4.10	5.76	85.21
2005	279,190	2.15	4.61	3.65	89.59
2006	504,274	1.12	1.01	4.75	93.12

Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

TABELA 12

Transição da miséria trabalhista impactada pelo salário mínimo – população com carteira

	Total	Pobreza			Continua não-pobre
		Continua pobre	Saiu da miséria	Entrou na miséria	
2002	39,482	6.70	6.91	5.25	81.14
2003	50,420	9.97	5.84	3.29	80.90
2004	97,765	5.42	3.65	3.81	87.12
2005	96,710	2.98	5.27	3.43	88.32
2006	142,327	1.05	0.88	3.73	94.34

Fonte: CPS/lbre/FGV, a partir dos microdados da PME/IBGE.

Na tentativa de estudarmos mais detalhadamente os impactos das políticas de reajuste real do mínimo, apresentamos as tabelas 11 e 12, semelhantes às duas anteriores, mas restritas à população ocupada que recebia antes do reajuste rendimentos individuais entre o mínimo antigo e o mínimo novo. Corresponderia, por exemplo, à população ocupada que ganhava entre R\$ 300,00 e R\$ 350,00 em 2006, entre R\$ 260,00 e R\$ 300,00 em 2005, entre R\$ 240,00 e R\$ 260,00 em 2004, entre R\$ 200,00 e R\$ 240,00 em 2003 e entre R\$ 180,00 e R\$ 200,00 em 2002. Essa é a população sujeita aos impactos diretos e imediatos da intervenção do mínimo. Os resultados são relativamente robustos em indicar probabilidades de saída da pobreza inferiores às de entrada das pessoas diretamente afetadas pelo mínimo em todos os anos, menos em 2005. O impacto adverso em 2006 é especialmente forte. Na população total, a probabilidade de entrar na miséria é de 4,75%

contra 1% de sair da miséria (tabela 11). Na população com carteira, a probabilidade de entrar na miséria é 3,73% contra 0,88% de sair da miséria (tabela 12). Ou seja, se acreditamos que o mínimo é uma espécie de droga aplicada a pacientes que padecem de miséria trabalhista, os pacientes de maneira geral pioram, pelo menos durante a fase inicial de aplicação do tratamento.

6 CONCLUSÕES

Este trabalho lança mão do processamento dos microdados da PME pela sua agilidade, o que nos facultou diminuir a defasagem média de cerca de 18 meses da Pnad para menos de três meses. Isso permitiu levar a avaliação da trajetória dos indicadores sociais para meados de 2006. O aumento de velocidade é requisito necessário para que se possa vislumbrar a continuidade, ou não, da melhora distributiva ocorrida desde o começo da década. Observamos uma desaceleração da redução da desigualdade trabalhista entre o final de 2004 e meados de 2006.

Os novos dados da PME permitem monitorar o desempenho social de diferentes segmentos nas seis principais regiões metropolitanas do País. O aspecto regional que chama mais a atenção é o melhor desempenho da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A renda *per capita* média do trabalho cresce 22% entre junho de 2002 e junho de 2006, com queda de 37,58% da taxa de miséria na Região Metropolitana de Belo Horizonte entre junho de 2002 e junho de 2006. Já a renda mediana cresce 39,6%, que corresponde ao dobro obtido pela de Recife, a segunda região entre todas as áreas da PME. Os movimentos de melhora das séries de indicadores sociais da Grande Belo Horizonte estão relativamente dispersos ao longo do período 2002 a 2006, enquanto os das demais metrópoles concentram-se em torno do período abril a junho de 2004. Feita essa ressalva geográfica e temporal, a redução da distância entre média e mediana está presente em todas as regiões, representando a redução da desigualdade que caracteriza o período recente.

Mesmo no período já coberto pelas Pnads, os dados da PME nos fornecem detalhes reveladores de seus determinantes por meio da análise da dinâmica mensal dos indicadores baseados em renda. Em particular, notamos que boa parte do forte crescimento da renda das classes mais pobres deu-se entre março e junho de 2004. Embora essa

seja a época de reajuste do salário mínimo, não houve ganho real do salário mínimo em 2004.

Seguindo nessa direção, a atualização da PME nos permite avaliar que os impactos trabalhistas líquidos do aumento real de quase 25% concedido ao salário mínimo em 2005 e em 2006 sobre a pobreza e a desigualdade de renda *per capita* foram quase nulos, uma vez que as séries de miséria e de desigualdade de renda *per capita* do trabalho não sofrem alterações permanentes ou transitórias próximas ao período de reajuste. Esses resultados são desapontadores para aqueles que presenciaram os efeitos dos reajustes do salário mínimo de outras datas, como a de maio de 1995, sobre a série de pobreza e de desigualdade baseadas em renda *per capita* do trabalho. Essas mudanças nas séries nos fornecem evidências de perda de quantidade e de qualidade de emprego associadas aos aumentos reais do mínimo de 2005 e de 2006 que, mais ou menos, compensam os impactos positivos exercidos sobre os rendimentos do trabalho daqueles que mantiveram seus empregos.

A PME, ao acompanhar a trajetória dos mesmos indivíduos e das respectivas famílias ao longo do tempo, permite avaliar os detalhes de entrada e de saída da pobreza trabalhista de quem é mais ou menos afetado pelos reajustes do mínimo – como de empregados com carteira, empregados que recebem entre o mínimo antigo e o novo mínimo instituído a cada reajuste, e a combinação dos dois efeitos. De uma maneira geral, esses grupos são mais adversamente impactados pelo mínimo do que ocorre com o conjunto da população, particularmente diante do reajuste maior concedido ao salário mínimo em 2006. Esses resultados derivados da nova PME sugerem que os impactos positivos do mínimo sobre a redução da pobreza e da desconcentração da renda *per capita* trabalhista observados na década de 1990 foram perdidos (Neri, 1997). Uma possível causa foi a instabilidade apresentada pelo mínimo a cada ano, que reduziu a sua utilidade como indexador; outra possibilidade seriam os ganhos reais de quase 100% concedidos, que tornaram o salário mínimo mais efetivo (*binding*), aumentando o incentivo de empregadores a se desvincular do salário mínimo por meio da informalidade ou da desocupação ao longo do tempo. Uma última explicação seria que a direção de causalidade pode ter sido mudada para o estado da economia e do mercado de trabalho, que permite que o governo confira maiores ganhos reais ao mínimo, ou seja, expansões da economia levam a aumentos do valor real do mínimo e, não, vice-versa. A regra recém-proposta de vincular o mínimo ao crescimento do PIB *per capita* aponta nessa direção de causalidade.

7 REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; NERI, M. C. The duration of poverty spells. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3. Enabet. **Anais...** 1996a.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; NERI, M. C. Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: Ipea, 1996b, v.2, p.401-420.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sobre a queda recente da desigualdade no Brasil**. 2006. (Nota técnica).

CARDOSO, E.; BARROS, R.; URANI, A. Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980s, chapter 5. In: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.). **Reform, recovery and growth: Latin America and the Middle-East**. Chicago: University of Chicago Press for the NBER, 1995.

NERI, M. C.; CONSIDERA, C.; PINTO, A. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. **Economia Aplicada**, v. 3, n. 3, p.384-406, jul.-set. 1999.

NERI, M. C. O reajuste do salário mínimo de maio de 1995. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA, 19. SBE, Recife. **Anais...** dez. 1997, v. 2, p. 645-666.

NERI, M. C.; CONSIDERA, C. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: Ipea, 1996, v. 1, p. 49-82.

RAMOS, L.; BRITO, M. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro: Ipea, n. 22, p. 31-47, nov. 2003.

